

Etnologia das eleições no Iraque

*Ricardo dos Santos Poletto
Fevereiro/2005*

30 de janeiro de 2005: eleições no Iraque, realização democrática em tradicional reduto do autoritarismo, transferência efetiva de poder de um governo provisório para representantes eleitos de forma legítima pelo povo iraquiano, início de uma nova era no país e, talvez, por difusão, no Oriente Médio como conjunto. O simbolismo da data é, de fato, considerável; não obstante, a enumeração apositiva é, no mínimo, idealista. A hesitação dos militares norte-americanos em retirar incontinenti suas tropas confirma a elevação do tom pessimista, mesmo a longo prazo. Estimativas do Pentágono aventam o ano de 2007 para a possível retirada definitiva; o acompanhamento e observação do processo tendem, portanto, para um teste da paciência, disposição e cautela dos Estados Unidos na região.

Os ingredientes que tomam forma mais nítida neste processo eleitoral justificam preocupações imediatas. Apesar da comparação ainda distante, a lógica do barril de pólvora dos Bálcãs parece refletir um vulto sombrio entre os rios Tigres e Eufrates. A problemática das etnias e grupos culturais, religiosos confinados sob a égide de um mesmo espaço nacional-representativo permanece, ao longo dos anos, recorrente. A manutenção de uma coesão interna é uma missão desafiadora, especialmente, em um regime importado e que ainda engatinha em solo árido. Em poucos termos, a tarefa mestra americana é provar exemplarmente que as engrenagens da sociedade civil iraquiana podem funcionar segundo os moldes democráticos, sem a instrumentalização da opressão, da intransigência ou da força ditatorial, como fazia com eficácia o governo de Saddam Hussein.

Se por um lado o regime Hussein conseguiu manter xiitas e curdos controlados em uma pirâmide de vértice sunita, por outro, a desproporcionalidade anômala parecia exigir uma reconfiguração que fizesse face à realidade do país. Saddam Hussein, reeleito seguidamente e “respaldado” pela votação de 2002 que lhe garantiu 100% dos 11 milhões de votos, comandava uma ditadura sunita em um mar de xiitas - 60% da população. Os curdos, principal alvo militar do antigo governo, representam respeitáveis 20% dos iraquianos. A coesão, mantida com mão-de-ferro e devidamente propagandeada com votações que nada mais eram do que adulações estilizadas, poderia ser, nesse sentido, mais aparente que real. As novas perspectivas, porém, podem não chegar a tanto, pois uma ditadura da maioria - na acepção perfeita do termo - se desenha inexorável com a recusa da participação sunita do processo eleitoral.

Faz-se necessário, antes de passar à análise pormenorizada da posição dos atores, vislumbrar as eleições em si, iniciadas em novembro de 2004 e que tiveram seus resultados parciais divulgados a partir de 14 de fevereiro de 2005. Em termos práticos, o objetivo principal, além dos últimos passos da gradual transferência de poder aos iraquianos, foi a formação da Assembleia Nacional, composta por 275 membros incumbidos de aprovar uma nova constituição até outubro deste ano. Houve eleições também para as 18 assembleias provinciais (das quais apenas 4 são de maioria populacional sunita) e para o parlamento autônomo curdo no norte do país. Uma infinidade de partidos foi autorizada a participar e entre os candidatos indicados pelas agremiações partidárias devia figurar uma certa proporção de mulheres para garantir pretensiosos ¼ de assentos femininos na assembleia. Membros de forças armadas, milícias ou

do antigo partido único, o Baath, foram impedidos de concorrer. Dada a precocidade democrática, as representações políticas tenderam a se aglutinar em torno de identidades étnicas e pouco programáticas.

O andamento das eleições variou, naturalmente, entre as regiões iraquianas. Tikrit, cidade natal de Saddam Hussein, por exemplo, não apresentou nenhum movimento nos postos eleitorais. Basra, reduto xiita ao sul, apresentou altos índices de participação. Aliás, a participação em termos globais foi considerada muito positiva pelas autoridades, margeando os 60%, o que aumentaria a legitimidade dos líderes escolhidos. Os números surpreenderam sobretudo pela tensão interna criada por ameaças de grupos extremistas contrários às políticas norte-americanas na região, como o grupo de Abu Musab al-Zarqawi. Em Bagdá, insurgentes deixaram claro em panfletos a disposição de “lavar as ruas da capital com o sangue” daqueles que participassem das eleições. Muitos votantes arriscaram a vida para comparecer aos centros eleitorais. Bagdá, Mosul e Balad foram algumas das cidades que tiveram um dia tumultuado em 30 de janeiro. Os vários confrontos, mais de oito atentados suicidas, muitos mortos e feridos, em adição a alguns problemas de menor expressão em termos de organização não impediram, entretanto, que as eleições fossem consideradas um sucesso. A ausência sunita nas urnas e o boicote de alguns partidos foram o objeto das lamentações dos observadores internacionais e do governo interino. Não deve ser afastada a hipótese também de que os iraquianos foram impelidos a votar por desejarem, como força maior, a retirada imediata das tropas estrangeiras.

A espera pelos resultados do escrutínio eleitoral foi tensa em função da continuidade insistente de atentados, notadamente na região do triângulo sunita, e pela cautela em relação à ocorrência de fraudes, possibilidade afastada pela boa condução da comissão eleitoral auxiliada por monitores enviados pela ONU. Os primeiros sinais das urnas já delineavam a presumível vitória xiita. No entanto, a expectativa de um êxito avassalador das chapas desse grupo não se confirmou. Os desprendimentos desse fato podem trazer resultados ainda mais imprevisíveis no trato político entre os grupos étnicos representados na Assembléia Constituinte. A Aliança Iraque Unido, encabeçada pelo xiita Abdel-Haziz al-Hakim, conquistou menos de 50% das cadeiras, o que inviabiliza um domínio impositivo do grupo religioso majoritário no Legislativo e exige a montagem de coalizões que permitam a maioria regimental de 2/3 para implementação de políticas afirmativas e para nomear o novo presidente, dois vices e o futuro primeiro-ministro. Al-Hakim, tradicional inimigo e perseguido do antigo regime, não perdeu tempo em discutir uma aliança com o grupo curdo, segundo grupo mais bem votado nas eleições, e, mais importante, reconheceu a importância de se conquistar a cooperação dos sunitas. A composição, na medida em que sugere uma relação racional entre as etnias para a efetividade do governo, deve ser tida como um alento às inúmeras dificuldades. Traduzindo para números frios, os xiitas devem ficar com 140 (48%) cadeiras e os curdos, 75 (26%), na Assembléia. Uma coalizão liderada pelo primeiro-ministro interino, Ayad Allawi, xiita apoiado pelos Estados Unidos, conquistou 14%. Os 22% restantes se distribuíram entre grupos menores.

À guisa de um olhar analítico sobre a conjuntura, assumimos, mesmo que pretensiosamente, o olhar dos atores envolvidos, a começar pelos xiitas. Após décadas de repressão e afastamento dos cargos de alto escalão, este é o momento ideal para a afirmação do povo xiita em território iraquiano. Isso não significa, obviamente, nenhum sentimento de gratidão automático em relação aos Estados Unidos, responsáveis pela derrubada de Saddam Hussein do poder. As diretrizes políticas terão o afastamento dos norte-americanos da influência política como parte de um processo de ratificação da soberania e de recusa da ingerência ocidental, sentimento particular ao mundo Islâmico e, acentuadamente, entre os xiitas. Como maioria na Assembléia, os xiitas deverão comandar os trabalhos da produção da nova constituição fazendo, porém, concessões a curdos e sunitas, cujos votos serão imprescindíveis para fazer valer seus valores mais caros nas deliberações legislativas. Além disso, a nova constituição deverá ser aprovada de forma unânime pelas províncias, sendo necessária uma sensibilidade diplomática para evitar um eventual veto.

A Aliança Iraque Unido tem as bênçãos do clero e, como expressão política dos xiitas, portanto, segue as orientações de sua religiosa autoridade máxima, o grão-aiatolá Husaini Ali Sistani. A

ascensão xiita pode levar à construção de um novo regime teocrático, maior temor dos Estados Unidos. Essa possibilidade tem sido refutada por líderes locais, inclusive em palavras proferidas pelo afilhado político de Sistani, al-Hakim. Vale lembrar que as relações com o governo de Teerã tendem a se tornar mais próximas; diga-se de passagem que o próprio Sistani é iraniano e possui estreito contato com os clérigos conservadores em território persa. Apesar desse fato indiscutível, os caminhos traçados pelos xiitas levam a crer que o sectarismo não será uma opção de governo para que seja conservada a unidade no Iraque. Em suma, os xiitas podem ser considerados os grandes vencedores deste processo que se desenrola no país.

Os curdos, por sua vez, também não têm motivos para lamentações; adquiriram um parlamento próprio, a segunda maior representação da assembléia e o fim das perseguições. O projeto curdo, entretanto, perpassa essas condições e deve, mais tarde, desaguar na afirmação do Curdistão, que engloba territórios turco, iraquiano e iraniano. A busca por maior autonomia em um momento delicado como esse pode implodir a democracia em construção. A aproximação entre xiitas árabes e persas representa grande risco nesse sentido, pois será vista como uma ameaça direta às suas pretensões. O fato é que os curdos não deverão mais aceitar intromissões em seu território, no norte do Iraque, área particularmente visada pela grande quantidade de petróleo ali concentrada. Até o momento, seu grupo político tem se inserido no processo sem maiores problemas e sinaliza até uma coalizão com os xiitas no Parlamento. Com seu peso político fortalecido, tudo indica para uma colaboração curda na presente construção democrática, desde que sejam respeitadas suas posições básicas. Em poucos termos, os membros da União Patriótica do Curdistão, liderada por Jalal Talabani, sintetizam o desejo curdo de um regime republicano fundado nos princípios de rotatividade do poder, de um sistema parlamentar, de separação dos poderes em um Estado laico.

Por fim, os sunitas, ex-mandatários do Iraque e maiores insatisfeitos com o processo, constituem o ponto nevrálgico da conjuntura. A legitimidade e a estabilidade do governo eleito jamais serão assegurados sem o consentimento desse grupo e, por essa razão, a intransigência demonstrada pode comprometer todos os esforços empenhados até então. O boicote às eleições é só um detalhe diante da ferrenha resistência militar. Milícias irmanadas a grupos terroristas tentarão desestabilizar pelo terror qualquer governo que se instale; os próximos mandatários terão que enfrentar invariavelmente esse desafio. Seguindo outra linha de ação, partidários do insurgente Moqtada al-Sadr participaram das eleições e devem assumir três cadeiras na Assembléia. Cientes da importância sunita, xiitas e curdos procuram fórmulas de consenso que possam atrair o último grupo. A presidência seria oferecida, de forma honorária, como forma de atenuar a subrepresentação sunita no Parlamento, em função da participação insignificante deste grupo no dia das eleições. É difícil definir até que ponto estarão alguns dispostos a ceder e sob quais condições os sunitas seriam finalmente seduzidos a apoiar o novo governo.

As nomeações para cargos do primeiro escalão darão o tom dos entendimentos ou dos novos conflitos entre as partes, resta aos observadores torcer pela capacidade de negociação dos líderes políticos e aguardar os próximos efeitos. Retornando, então, às considerações iniciais, questionamos se, de fato, a transferência de poder será efetiva e se a legitimidade estará assegurada internamente. A certeza fica sobre o início de uma nova era no Iraque, com repercussões no Oriente Médio. O início de uma nova era ainda nebulosa, mas, ainda assim, uma nova era.